

# UMA NOVIDADE: O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL INGLÊS<sup>1</sup>

*José Carlos Barbosa Moreira*

## 1. Antecedentes

Desde 26 de abril deste ano, tem a Inglaterra um código de processo civil, sob a denominação oficial de *Rules of Civil Procedure* (adiante, *RCP*).<sup>2</sup> Substituindo a fragmentária disciplina anterior, e afastando-se de longa usança nacional, o novel diploma regula a matéria em termos sistemáticos e compreensivos (com ressalva do procedimento recursal e da execução). Uma autêntica novidade, cujo surgimento vem sendo apregoado como a maior transformação legislativa, nesse terreno, há mais de século.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Trabalho destinado ao volume em homenagem ao Ministro Adhemar Ferreira Maciel, do Superior Tribunal de Justiça.

<sup>2</sup> A lei vige também no país de Gales. Para o leitor interessado em ter acesso ao texto, o endereço eletrônico é o seguinte: <[http://www.open.gov.uk/lcd/civil/procrules\\_fin/ruleswo.zip](http://www.open.gov.uk/lcd/civil/procrules_fin/ruleswo.zip)>

<sup>3</sup> Lê-se no *Foreword do Lord Chancellor* que a entrada em vigor das *Rules* abre programa "of the most fundamental change to the civil justice system since the reforms of Lord Selborne in the 1870s". APPLEBEY, "The new small claims track", in *Civil Justice Quarterly* (adiante, *CJQ*), vol. 18, 1999, p. 87, qualifica 26.4.1999 como "an historic day for the civil justice system of England and Wales". Parece assistir razão, pois, a MORÉTEAU, "La réforme de la procédure civile anglaise: première approche", in *Revue générale des procédures*, nº 4 (out.-dez. 1998), p. 770, quando diz que "la refonte actuelle des règles de procédure civile est aux yeux des Anglais aussi radicale que les changements amenés jadis par le Supreme Court of Judicature Act 1875".

Na verdade, anseios de reforma vinham-se manifestando, com intensidade crescente, ao longo das últimas décadas. Já haviam até produzido alguns resultados, que nem por serem parciais deixavam de ter sua importância: basta notar que, a certa altura, se puseram especialistas a conjecturar se as mudanças introduzidas não estariam chegando ao ponto de desfigurar uma das características mais salientes do ordenamento inglês, sua filiação ao chamado *adversary system*.<sup>4</sup>

Foi dado o passo decisivo em 1994, quando o então LORD CHANCELLOR incumbiu eminente magistrado, Lord Woolf of Barnes, de empreender pesquisa relativa à situação da Justiça civil inglesa e de oferecer sugestões para melhorar-lhe o desempenho, ao qual se irrogavam defeitos do gênero lamentado mundo afora, em tantos outros sistemas judiciais: excessiva lentidão, custo exorbitante, desnecessária complexidade e conseqüentes incertezas.<sup>5</sup> O trabalho levado a cabo por Lord Woolf achou expressão em dois relatórios sobre o acesso à Justiça, o *Interim Report* de 1995 e o *Final Report* do ano subsequente, cujas conclusões suscitaram, como era de esperar, reações contrastantes, variáveis entre um apoio entusiástico e uma veemente rejeição.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Vide JOLOWICZ, *A reforma do processo civil inglês: uma derrogação do 'adversary system'?*, trad. de Barbosa Moreira, in *Rev. For.*, vol. 328, pp. 61 e segs., esp. 66/8.

<sup>5</sup> É ainda o *Foreword* que alude à "widespread public dissatisfaction with the delay, expense, complexity and uncertainty of pursuing cases through the civil courts".

<sup>6</sup> Vasta a literatura referente aos relatórios de Lord Woolf. Os volumes de 1995 e dos anos seguintes da revista *CJQ* publicaram a respeito bom número de estudos, dos quais nos limitaremos aqui a indicar alguns lugares: 1995, p. 231; 1996, p. 273; 1997, pp. 17, 98, 208; 1998, p. 13; 1999, pp. 98, 113. ZUCKERMAN, *The Woolf Report on Access to Justice - an Overview*, in *Zeitschrift für Zivilprozess International* (adiante, *ZZP Int*), vol. 2, 1997, pp. 31 e segs., oferece excelente síntese da matéria. Consultem-se também os escritos de vários autores, reunidos no volume *Reform of Civil Procedure*, ed. Zuckerman & Cranston, Oxford, 1995; e ainda, para uma breve notícia, MORÉTEAU, art. cit., pp. 775/6. Dentre os ensaios de feição crítica, mencio-

Entretanto, o *Civil Procedure Act* de 1997 anunciava o próximo advento de um código unificador; e a mudança de governo, com a ascensão dos trabalhistas ao poder, não arrefeceu o ímpeto reformista. Designado para reexaminar o assunto, Sir Peter Middleton elaborou novo relatório, publicado naquele mesmo ano, onde se recomendava a adoção das soluções propostas por Lord Woolf, com algumas modificações. As *RCP* constituem o fruto desses esforços.

## 2. Estrutura do Código

É quase irresistível a inclinação para pensar que a Inglaterra, com a adoção de código uno e abrangente, haja repudiado a tradição do *common law* e aderido à linhagem européia continental – que se prolongou, ocioso acrescentar, nos países latino-americanos. Transpôs-se, de fato, distância considerável; convém, no entanto, colocar uma surdina no anúncio desse deslocamento. É que a estrutura das *RCP* difere bastante daquela a que estamos afeitos no espaço jurídico romano-germânico.

Senão, vejamos. Os códigos de nossa família costumam ter o texto dividido em livros (com subdivisões em títulos, capítulos e/ou seções), cada qual consagrado à disciplina de um (ou mais de um) tipo de processo. Antepõe-se aos livros específicos uma *parte geral*, onde se reúnem as disposições genericamente aplicáveis a quaisquer processos. Tal o esquema habitual, que na verdade comporta variações: sirva de exemplo o Código de Processo Civil brasileiro, no qual não existe *parte geral*, insertas no Livro I (*Do processo de conhecimento*) as normas de aplicação genérica.

---

naremos os de ZUCKERMAN, Lord Woolf's "Access to Justice: Plus ça change...", in *The Modern Law Review* (adiante, *MLR*), vol. 59, 1996, nº 6, p. 773, e, com maior aspereza, de ZANDER, *Why Lord Woolf's Proposed Reforms of Civil Litigation Should be Rejected*, no volume coletivo acima cit., pp. 79 e segs., e "The Woolf Report: Forwards or Backwards for the New Lord Chancellor?", in *CJQ*, vol. 16, 1997, p. 208 (vide a resposta de Lord Woolf em conferência publicada sob o título *Medics, Lawyers and the Courts*, *ibid.*, p. 302).

Pois bem: a arquitetura das *RCP* não segue essas linhas. Estão as normas agrupadas em 51 partes, que não refletem as divisões comuns dos códigos romano-germânicos, ressalvado o fato de que algumas realmente correspondem, *grosso modo*, a títulos ou capítulos que nos são familiares: v.g., a parte 12, sob a rubrica *Default Judgment*, encontra óbvio paralelo em nosso Capítulo III (*Da revelia*) do Título VIII do Livro I; a parte 34 (*Depositions and Court Attendance by Witnesses*), por sua vez, na Seção VI do Capítulo VI daquele mesmo título ("Da prova testemunhal"). Às 51 partes agregam-se disposições complementares, contidas em dois *Schedules* e vários *Practice Direction Protocols*, mais um glossário, com definições de bom número de expressões jurídicas usadas nas *RCP*, para não falar no *Foreword* do Lord Chancellor, onde se tecem considerações gerais sobre a origem, o espírito e os propósitos do novo diploma.

Traço interessante é a reiterada aposição, abaixo do texto de um dispositivo, de remissões a outros, que com aquele se conjugam. Por exemplo: na parte 7, concernente à instauração do processo, a *rule 7.2*, cuja rubrica é *How to start proceedings*, tem duas remissões finais, entre parênteses: a primeira remete à parte 23 o interessado em requerer providência judicial *anterior* ao início do feito, a segunda esclarece que na parte 16 se arrolam os elementos de obrigatoria inclusão na petição inicial (*claim form*).

Outra característica digna de nota é a abundância de regras enunciativas do objeto e das finalidades de cada parte. Exemplo curioso: na parte 1, que trata do *Overriding Objective* das *RCP*, dispõe (ou antes, expõe) a *rule 1.1 (1)*: "*These Rules are a new procedural code with the overriding objective of enabling the court to deal with cases justly*". Na mesma direção, previne a *rule 44.1* – a primeira da parte 44, cuja rubrica é *General Rules About Costs* – que tal parte contém normas gerais acerca de custas e de direito a custas. A obsessão de explicar tudo atinge às vezes as raias do cômico: assim, a *rule 20.1* toma o cuidado de participar ao leitor que a finalidade da parte 20, a que esse dispo-

sitivo dá início, consiste em assegurar o tratamento mais conveniente e eficaz das causas disciplinadas... na própria parte 20!

Tem-se a impressão de que o legislador não depositava grande confiança na aptidão dos intérpretes e aplicadores da lei para inferir do texto, por si mesmos, os princípios e noções com que terão de lidar. Semelhante impressão decerto se fortalece à vista de expedientes gráficos utilizados com intuito didático manifesto, como a tabela da *rule* 6.5 (6), composta de duas colunas, a da esquerda a relacionar as diversas espécies de citandos, e a da direita a indicar onde se deve proceder, em cada caso, à citação. Assim se adverte *visualmente* o encarregado de realizá-la, v.g., de que, em princípio, a pessoa física há de ser citada na residência habitual ou na última conhecida, e a companhia registrada na Inglaterra e Gales, no seu principal estabelecimento, ou então em qualquer estabelecimento situado na circunscrição judicial competente, que tenha real conexão com a causa.

É mister aludir, neste contexto, ao empenho do legislador em fixar terminologia uniforme e simples, compreensível por todos, ou quase todos. A preocupação revela-se, aliás, na própria adição de um glossário. Quis-se substituir expressões tidas como herméticas por outras menos estranhas à linguagem comum. Transparece aí o propósito genérico de simplificação, que abarcou forma e conteúdo: dentre as mudanças substanciais que inspirou, vale a pena assinalar a drástica redução do número de formas de instaurar o processo.<sup>7</sup>

### **3. Distanciamento do modelo clássico do *adversary system*.**

Por importantes que sejam os aspectos formais, o nó vital da reforma situa-se na mudança que ela imprime à rota do processo civil inglês, riscada até há pouco, segundo linha de ve-

---

<sup>7</sup> Comentando ainda o relatório final de Lord Woolf, informava UFF, *Access to Justice*: "Lord Woolf's Final Report, Procedure and Evidence", in *CJQ*, vol. 16, 1997, p. 19, que semelhante número montava a nada menos de oito (!).

tusta tradição, no território central do *adversary system*. Conforme bem se sabe, a quinta-essência de tal modelo consiste, em última análise, no maior relevo atribuído ao papel das partes, em comparação com o do órgão judicial, relativamente ao controle exercido sobre o processo.<sup>8</sup> No presente contexto, merece realce o ponto, sobretudo, no que concerne à atividade probatória e ao andamento do feito, antes da sessão de julgamento (*trial*) – uma e outro deixados até há pouco, em medida larguíssima, à descrição dos litigantes (*rectius*: de seus advogados).

Essa característica era vista por muitos como o fator principal das mazelas de que se ressentia o processo na Inglaterra,<sup>9</sup> sintetizadas com insistência, dentro e fora dos relatórios de Lord Woolf, no trinômio custo – lentidão – complexidade. O *litigation cost*, vale ressaltar, de longa data vinha sendo motivo de grave preocupação para os estudiosos e para o público em geral. Cateórica a doutrina em apontar na pouca frequência dos litígios entre pessoas de recursos escassos um corolário do montante *proibitivo* dos custos, e até em sustentar que, para cidadãos comuns, não beneficiados pela assistência judiciária, uma ação na Justiça estava “*financially out of question*”.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> ANDREWS, *Principles of Civil Procedure*, Londres, 1994, p. 34, enumerava oito aspectos de semelhante predomínio; mas alguns, na verdade, longe de constituírem peculiaridades do *adversary system*, são claramente perceptíveis em ordenamentos de tendência diferente: assim, por exemplo, a liberdade de instaurar ou não o processo, a possibilidade de transigir ou de desistir da ação.

<sup>9</sup> Não falta quem lance asserção análoga quanto aos Estados Unidos: por exemplo, MURRAY, “Civil Justice Reform in America: The 1990 Civil Justice Reform Act and Its Consequences”, in *ZZP Int*, vol. 3, 1998, p. 320, identifica o “major cost and delay-causing element of American civil justice” na “disproportionate dependence on parties and their counsel for trial preparation and fact development and presentation”.

<sup>10</sup> DEVLIN, *The Judge*, Oxford, 1981, p. 69. Cf. JACOB, *The Fabric of English Civil Justice*, Londres, 1987, p. 47. Segundo MORÉTEAU, art. cit., p. 773, o principal defeito do processo civil inglês seria o respectivo custo, qualificável de exorbitante. Nota PEYSNER, “Focus Groups and Analogue Vignettes: Modelling and Piloting in Civil Procedural Reform”, in *CJQ*, vol. 18, p. 115, que

Igualmente inquietante era a excessiva duração dos feitos. Em relatório destinado ao simpósio de Tóquio sobre a Justiça civil na era da globalização (1992), indicou-se, para o ano de 1990, na *Queen's Bench Division*, uma distância média de 145,3 semanas (ou sejam, 2,78 anos) entre o *writ* inicial e a extinção do processo em primeiro grau de jurisdição, com *trial* ou sem ele.<sup>11</sup> Decididamente não era marca que desse ao país motivo de orgulho.

Pois bem: não poucas vozes apontaram a fonte mais caudalosa desses problemas na exagerada subordinação do processo à vontade dos litigantes.<sup>12</sup> Tanto valia pela sugestão, senão de abandonar o *adversary system*, pelo menos de podar-lhe os excessos.<sup>13</sup> Reflete-se tal diretriz no já mais de uma vez citado *Foreword* do Lord Chancellor, onde se frisa a necessidade, para os tribunais, de “*actively (...) manage cases*”, a fim de coarctar “*the scope for parties to manipulate procedure for tactical advantage*”.

A *rule* 1.4 (2) cuida de discriminar em doze itens o programa do *active case management* que o órgão judicial é instado a implementar. Dele se requer que: estimule as partes a cooperar entre si na condução do feito; identifique cedo as questões; deci-

---

não raro “*the costs of the action rapidly outstrip the quantum of the claim; and the case, and any consequent appeals, is mainly about who will pick up the bills*”.

<sup>11</sup> ZUCKERMAN, *Comparative Analysis of the Reform of Civil Procedure - Civil Procedure in England*, no volume *The International Symposium on Civil Justice in the Era of Globalization*, Tóquio, 1993, p. 168. A cláusula final de nosso período recorda o fato de que a maior parte dos pleitos se extinguem antes do momento em que se realizaria o *trial*: no dizer de JACOB, ob. cit., p. 71, “*in theory, the trial is the model of English civil justice but in practice it is the rare exception*”.

<sup>12</sup> LIGHTMAN, “Civil Litigation in the 21st Century”, in *CJQ*, vol. 17, p. 389, alude ao “*waste of judicial time and resources*” como fruto do modelo antigo, que reservava papel passivo ao juiz.

<sup>13</sup> Comentando o relatório Woolf, sustentava JOLOWICZ, “The Woolf Report and the Adversary System”, in *CJQ*, vol. 15, 1996, p. 210, que a adoção das propostas ali contidas implicaria forçosamente pôr em xeque o *adversary system*.

da prontamente quais delas precisam de investigação completa e audiência de julgamento (*trial*) e resolva sumariamente as outras; determine a ordem na qual se hão de resolver as questões; incentive as partes a valer-se de um método alternativo de solução do litígio, se lhe parecer apropriado, e facilite o respectivo uso; auxilie os contendores a entrar em acordo, total ou parcial, quanto à matéria litigiosa; fixe cronogramas ou controle de outro jeito o andamento do processo; verifique se os prováveis benefícios de determinada providência justificam o respectivo custo; trate do maior número possível de aspectos do caso simultaneamente; trate do caso sem que os litigantes precisem comparecer a juízo; utilize a tecnologia; emita instruções para assegurar que o julgamento se realize de modo rápido e eficiente.

Várias dessas recomendações soarão bastante familiares a quem conheça ordenamentos processuais da Europa continental<sup>14</sup> ou da América Latina, nos quais – ao menos em teoria... – se supõe que pratos do gênero acima descrito façam parte do normal cardápio quotidiano dos juízes. Para a Inglaterra, porém, com sua tradição de inércia judicial, não surpreende que semelhante programa seja olhado como algo de autenticamente revolucionário.

#### 4. O incremento dos poderes do juiz

Tem-se acentuado, muito justamente, o salto gigantesco dado pelas *RCP* no terreno dos poderes do juiz quanto à direção formal do processo.<sup>15</sup> Tão relevante é o ponto, que alguns aspectos merecem ser focalizados mais de perto.

A parte 3 enuncia em termos genéricos os poderes do órgão judicial no "*case management*". Extensa a relação: à guisa

---

<sup>14</sup> Não é por acaso que MORÉTEAU, art. cit., p. 779, enxerga nas diretrizes da rule 1.4 (2) "*une marque de l'influence continentale, laquelle s'exerce de manière forte par le truchement du droit communautaire*".

<sup>15</sup> Vide, por exemplo, mais uma vez MORÉTEAU, art. cit., pp. 770 ("*Le changement principal est le pouvoir donné au juge de diriger la procédure afin de juger plus efficacement et à un moindre coût*"), 777, 778.



de exemplos, vale citar o poder de prorrogar ou abreviar prazos, salvo disposição em contrário (*rule 3.1 (2) (a)*); o de adiar uma audiência, ou marcar para ela data mais próxima (*rule 3.1 (2) (b)*); o de suspender, no todo ou em parte, qualquer processo ou julgamento (*rule 3.1 (2) (f)*); o de julgar duas ou mais causas na mesma ocasião (*rule 3.1 (2) (h)*); o de decidir a causa em seguida à resolução de questão preliminar (*rule 3.1 (2) (l)*). Nem é taxativa a enumeração: a cláusula derradeira (*rule 3.1 (2) (m)*) contém generalíssima norma de encerramento, segundo a qual pode o juiz "*take any other step or make any other order for the purpose of managing the case and furthering the overriding objective*".

Vejam os dois ou três pormenores. No sistema das *RCP*, há três procedimentos básicos (*tracks*); em grau crescente de complexidade, assim os arrola a *rule 26.1 (2)*: o *small claims track*, o *fast track* e o *multi-track*. Em termos aproximativos, a fim de que o leitor possa formar uma idéia menos vaga da tripartição, talvez se possa dizer que o último tipo corresponde no Brasil ao procedimento ordinário, o segundo ao sumário,<sup>16</sup> e o primeiro ao previsto na Lei nº 9.099, de 26.9.1995, para os Juizados Especiais Cíveis. Pois bem: dentro de certos limites, e levando em consideração os elementos indicados no texto, o órgão judicial goza de alguma latitude no determinar o procedimento aplicável a cada causa (veja-se, por exemplo, a *rule 26.7 (2)*, atinente a causas sem valor financeiro) e pode até substituir por outro o procedimento adotado de início (*rule 26.10*). Mais: de acordo com a *rule 27.8 (1)*, no *small claims track* o juízo é livre de estabelecer o procedimento que lhe pareça "*to be fair*" para a audiência preliminar (*preliminary hearing*); aliás, fica em parte a critério do órgão judicial realizar ou não a audiência (*rule 27.6*).

---

<sup>16</sup> Atente-se contudo em que, na linguagem das *RCP*, a expressão *summary judgment* designa outra coisa: um tipo de procedimento no qual a causa (ou uma questão particular) pode ser julgada sem realizar-se audiência de julgamento (*trial*): vide *rule 24.1*.

Ao dispor sobre a estrutura subjetiva do processo, o código autoriza o juiz a ordenar que seja excluída daquele alguma das pessoas que estejam ocupando a posição de parte, caso se afigure indesejável a respectiva presença no feito (*rule* 19.1 (3)). Máximo, como se vê, o teor discricionário da decisão. Feição análoga tem a norma a cuja luz pode o órgão judicial consentir que a reconvenção, em vez de ser oferecida com a defesa, venha a sê-lo em qualquer outro momento (*rule* 20.4 (2) (b)).

Cumpra enfim notar que – sempre com a ressalva de disposição em contrário – esses poderes atribuídos ao juiz são exercitáveis de ofício (*rule* 3.3 (1)). Nem se exclui a possibilidade de que ele emita ordem por iniciativa própria sem ouvir previamente as partes ou dar-lhes oportunidade de manifestar-se (*rule* 3.3 (4)).

## 5. A instrução probatória

A tradição do *adversary system* reservava às partes a iniciativa no tocante às provas. Àquelas cabia resolver que provas produzir e como produzi-las. Ao juiz atribuíam-se papel eminentemente passivo no particular.

As RCP modificam de modo sensível o panorama. Não chegam a conferir ao órgão judicial, em termos expressos, o poder de determinar *ex officio* a realização de provas; mas decerto lhe outorgam amplas faculdades de controle da atividade probatória. Consoante a *rule* 32.1 (1), pode o juiz emitir instruções no sentido de especificar as questões para as quais deseja prova, a natureza da prova de que carece para resolvê-las e a maneira como a prova deve ser apresentada em juízo. Pode também, na conformidade da *rule* 32.1 (2), excluir prova que de outro modo seria admissível. além disso, é dado ao órgão judicial, a qualquer momento, ordenar à parte que esclareça matéria discutida no processo, ou ministre informação adicional a respeito (*rule* 18.1 (10)).

Alguns tópicos, de particular interesse, merecem aqui referência específica. Um deles concerne à prova pericial. No universo anglo-saxônico, tradicionalmente, o perito nada mais era que uma testemunha, supostamente versada em certo ramo da ciência ou da técnica, e convocada por um ou por outro litigante para depor a seu favor.<sup>17</sup> Problemática tornava-se, destarte, a objetividade do depoimento: conquanto se entendesse que a *expert witness* tinha deveres para com o tribunal, e não apenas para com a parte que a recrutara,<sup>18</sup> desenhava-se inevitável uma conjectura sobre o risco de que aquela se inclinasse, conscientemente ou não, a favorecer além da medida justa o interesse de quem a remunerava. As *RCP* tomam posição categórica ao propósito. Com ênfase bem perceptível, estatui a *rule* 35.3 que é dever do perito auxiliar o tribunal nas matérias de sua especialidade, e que esse dever sobrepairá a toda obrigação para com a pessoa da qual ele recebeu instruções ou pela qual é pago. Ademais, sempre que as partes pretendam que se realize perícia sobre determinada questão, tem o órgão judicial a possibilidade de ordenar que ela seja levada a cabo por um único perito (*rule* 35.7 (1)).

Outro ponto interessante respeita à forma por que se pode colher a prova testemunhal. Que a testemunha depusesse oralmente era o que reclamava uma tradição de origem mais que provável na prática secular – embora há tempos quase inteiramente abandonada na Inglaterra, em matéria civil<sup>19</sup> – do julgamento por

---

<sup>17</sup> "Le choix du droit anglais est clair: pour la solution de toutes les questions de fait, y compris les questions techniques, il appartient aux parties d'appeler leurs témoins, experts en cas de nécessité", expunha JOLOWICZ, "L'expert, le témoin et le juge dans le procès civil en droits français et anglais", in *Rev. int. de dr. comp.*, ano 29, nº 2 (abr./junho de 1977), p. 291.

<sup>18</sup> ANDREWS, ob. cit., p. 42.

<sup>19</sup> Cf., inclusive para outras indicações bibliográficas, BARBOSA MOREIRA, "Notas sobre alguns aspectos do processo (civil e penal) nos países anglo-saxônicos", in *Rev. For.*, vol. 344, pp. 99/100, e aí a nota 13. Em a nota 14, referências doutrinárias à generalizada influência, subsistente no moderno processo inglês, do antigo sistema do *trial by jury*.

júri. O novel código, na *rule* 32.2 (1), reafirma a regra da oralidade quanto ao *trial* (a), se bem que preveja, para qualquer outra audiência, a prestação de depoimento por escrito (b); nesta hipótese, é dado à parte requerer ao juiz permissão para interrogar (*cross-examine*) a testemunha (*rule* 32.7 (1)). Tal regime fica sujeito, em todo caso, a alterações que aquele entenda de prescrever (*rule* 32.2 (2) (b)).

Por outro lado, a *rule* 3.1 (1) (d) autoriza o órgão judicial a realizar audiências e a colher provas por telefone ou por qualquer outro método de comunicação oral direta. E mais: nos termos da *rule* 32.3, pode o juiz permitir que a testemunha deponha "*through a video link or by other means*"<sup>20</sup> (atente-se na elasticidade da fórmula). Rendeu-se o legislador a óbvias conveniências de ordem prática, que a seu ver, em época de tamanho progresso tecnológico, deviam prevalecer sobre preceitos tradicionais, outrora com certeza explicáveis, mas já envelhecidos – a mesma diretriz, por sinal, que lhe inspirou a disposição da *rule* 6.2 (1) (e), onde se contempla "*expressis verbis*" a possibilidade de intimação por fax "*or other means of electronic communication*".

## 6. Medidas cautelares e antecipativas

A parte 25 das *RCP* dispõe sobre providências a que chama, genericamente, *interim remedies*. Revela o exame do texto que se trata aí, em conjunto, de medidas cautelares e de outras que se encaixam na moldura da tutela antecipada – a acolher-se a premissa, tão cara a largo setor doutrinário, da substancial diversidade entre as duas categorias. Tipicamente antecipatórias serão em regra as *interim injunctions* (*rule* 25.1 (1) (a)), entendendo-se por *injunction*, de acordo com o glossário, uma ordem judicial que proíba alguém de fazer alguma coisa ou determine a alguém

---

<sup>20</sup> ANDREWS, ob. cit., p. 486, aponta precedente em que, ainda sob o regime anterior, se admitiu, com base nas *Rules of the Supreme Court, Order 38, r. 3*, a prestação de depoimento mediante transmissão de país estrangeiro, onde se achava a testemunha.

fazer alguma coisa. De inequívoca feição cautelar é a denominada "*freezing injunction*", pela qual se veda que a parte remova bens ou negocie com eles (*rule* 25.1 (1) (c) (f)); ressumbra aí certa afinidade funcional com o nosso arresto.

Nos termos da *rule* 25.2 (1), o *interim remedy* pode ser deferido a qualquer tempo, mesmo antes da instauração do processo (principal) ou depois da sentença. Todavia, o deferimento anterior ao início do feito pressupõe que o assunto seja urgente ou que o interesse da justiça faça desejável, por outro motivo, a providência (*rule* 25.2 (2) (b)); repare-se, uma vez mais, na flexibilidade da fórmula, a abrir ao juiz margem considerável de apreciação). É dado ao órgão judicial, nessa hipótese, emitir ordem no sentido do ajuizamento da demanda; provavelmente, fixar prazo para tanto, à semelhança do que faz a própria lei no direito brasileiro (Código de Processo Civil, art. 806).

Pode-se obter um *interim remedy* sem cientificação da pessoa em face de quem ele é requerido, caso entenda o juiz haver para isso boas razões (*rule* 25.3 (1)). Aqui também é interessante o confronto com o Código pátrio, cujo art. 804 igualmente prevê tal possibilidade, mas é mais rigoroso na fixação dos limites: em vez de deixar toda a valoração a cargo do magistrado, reclama que, a cientificar-se a parte adversa, a medida houvesse de tornar-se ineficaz.

Num ponto existe flagrante oposição entre a disciplina brasileira e a inglesa: o concernente aos efeitos da suspensão do processo (principal). Segundo a lei brasileira (art. 807, parágrafo único), uma vez suspenso o feito, a medida cautelar permanece eficaz salvo decisão judicial em contrário. O código inglês vira pelo avesso a disciplina: ocorrendo a suspensão, por motivo que não seja acordo entre os litigantes, a *interim injunction* será cancelada, a menos que o juiz ordene a subsistência da eficácia (*rule* 25.10).

## 7. Observações finais

Não era nem podia ser intenção nossa proceder neste ensejo a uma análise exaustiva da importante novidade que o código inglês constitui. Longo e minucioso, exigiria o texto, para deixar-se esquadrinhar, espaço bem maior que o adequado a trabalhos da índole do presente.

Campo de exploração promissora seria, indubitavelmente, o das reações da ciência processual britânica ao advento do diploma. No entanto, é claro que a brevidade do tempo decorrido desde a respectiva entrada em vigor reduz, quando nada, sobretudo para o observador externo, as possibilidades de acesso a literatura posterior que seja deveras relevante. No momento oportuno cuidamos de trazer à colação pronunciamentos emitidos acerca dos relatórios de Lord Woolf, cujas propostas, afinal de contas, foram em máxima parte incorporadas às *RCP*.<sup>21</sup> A isso, por enquanto, praticamente nada temos que aditar.

Vamos cingir-nos, para encerrar esta breve notícia, ao registro de advertência constante ainda do *Foreword* do Lord Chancellor. Depois de reconhecer que se terá de esperar algum tempo para ver os benefícios do novo regime – absurdo como seria pretender que tão extensas e fundamentais mudanças atinxissem todos os objetivos de um dia para o outro – sublinha o *Foreword* a imprescindibilidade de uma averiguação dos efeitos concretos da reforma: "*It will clearly be crucial that we monitor the impact of the changes*". Nunca se louvará demais a sensatez de tais palavras. Elas bem poderiam ser sugeridas como divisa a reformadores de outras plagas, que nem sempre dão a impressão de preocupar-se muito com o ponto – ao que parece, na ingênua suposição de que basta colocar em vigor certo número de normas para que tudo se resolva como por encanto, dispensado qualquer esforço posterior de verificação da realidade...

---

<sup>21</sup> Vale a pena salientar neste passo o pessimismo com que ZUCKERMAN, no art. cit. em a nota 5, in *The Modern Law Review*, vol. 59, nº 6, encarava o

---

reflexo eventual da consagração legislativa das propostas atinentes ao custo do processo - problema, em sua opinião, ligado inextricavelmente ao critério habitual de remuneração dos advogados, com base no tempo de atuação.